



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

### Ata da 14ª Reunião Ordinária do CEDIND

Realizada no dia 24/09/2020 às 10h, através da Plataforma Google Meet.

#### Pautas:

- Atas em dia;
- Prorrogação de mandato e eleições;
- Relatório de ausentes e presentes
- Substituições e indicações de novos conselheiros
- Revitalização das Comissões Temáticas
- Informes Gerais

**Presentes:** Cristina Penna, Thales Treiger (DPU), Rosângela Nunes (FUNAI), Daua Puri (Movimento de Ressurgência Puri), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Adacto Otonni, Vanderlei da Silva (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Ana Paula Moura (ISPOAJ), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Grazielle Justino, Nino Benite (Aldeia Araponga), Elen Franciele (CEDIND), Adriana Alves (CEDIND), Luiz Pellon (UNIRIO), Roseday Santos (SEEDUC), Carla Albuquerque (UNIRIO), Virgínia Totti (PUC-RJ), Robson Siqueira (SUPAM), Mariana Paladino, Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Santos (SEDSODH).

#### Ordem do dia:

Cristina Penna inicia a reunião pedindo que os participantes se apresentem. Após as apresentações, Cristina Penna fala sobre as problemáticas administrativas do Conselho e todo o trabalho que tem sido feito para a solução destas problemáticas. Fala sobre substituições de conselheiros governamentais não ativos e também sobre a troca de Monalyza por Luana Braz. Nino Benite se apresenta e fala sobre a dificuldade de acesso a comunicação da Aldeia de Paraty e agradece a presença dos conselheiros. Cristina Penna toma a palavra e fala sobre a recondução de conselheiros e que com o fim do mandato civil, inicia-se o mandato governamental. Pergunta por Luana Braz, que não estava na reunião, e diz que essa reunião é administrativa para a arrumação do CEDIND. Além disso, fala sobre faltas com justificção e que em outubro faremos a recondução e a eleição da mesa diretora na próxima reunião. Ana Paula Moura fala sobre a participação e engajamento do Conselho quanto ao pensamento de gestão Indígena e fazer cumprir as demandas sobre os indígenas, fala também sobre Indígenas do contexto urbano não deixar de ser considerado indígena e que isto fique registrado em ata. Robson se apresenta e fala sobre sua ajuda no CEDIND. Virgínia Totti fala sobre como será a dificuldade da recondução no momento. Cristina Penna retoma a fala sobre a recondução e explica como será feita e que vai colocar às substituições logo e fala também sobre as presidências. Luiz Pellon discursou sobre as instituições titulares

e suplentes não comparecerem. Cristina Penna diz que é preciso mudar o decreto. Ana Paula fala sobre a troca. Luiz Pellon retoma a fala sobre a publicação do decreto e substituição de instituições. Cristina Penna e Luiz Pellon pedem que se faça um levantamento de quem está contribuindo. Ana Paula diserta sobre convidados que não podem mudar por causa das eleições e não podem ser substituídos e que é preciso ter cuidado. Cristina Penna comenta que havia sido dito que não era importante a publicação das Atas e que discorda disso pois acha importante sim que sejam publicadas. Ana Paula fala sobre o respaldo das Atas serem publicadas para que se tenha base de todos os assuntos do Conselho. Toni Lotar diz que os assuntos tratados são importantes mas que precisam falar sobre a Aldeia de Rio Pequeno e pede que Rosângela Nunes e Thales Theiger falem sobre o assunto. Fala também sobre as reconduções e sobre convites para representantes. Cristina Penna sugeri que se passe em um grupo e para fazer um decreto e passou a palavra para Thales Treiger.

Thales Treiger fala sobre a questão de Rio Pequeno. Diz que tudo isso tem como plano de fundo a demarcação do território Indígena e que retirando isto da esfera de apuração local e colocando na área Federal, acredita-se que vai “abaixar um pouco a bola” de interferências políticas. Com relação a isso, fomos muito incisivos com o prefeito no sentido da necessidade de si serenar um pouquinho os ânimos e de conversar com todo mundo com calma. A gente acredita que nesta batida, teremos uma solução melhor. Estou a disposição e gostaria que a Rosângela complementasse e estou a disposição para qualquer tipo de questionamento que eventualmente se faça. Toni Lotar diz para Thales que foi muito bem explanado sua fala. Me associo a sua visão. Tem gente jogando gasolina e o momento é de mediação, consenso e conversação. Acho que se a Rosângela puder falar, vai contribuir para o complemento dessa sua boa visão que nos foi passada agora. Rosângela Nunes informa que está com problema no som. Diz que com relação a Rio pequeno, todos os encaminhamentos estão sendo providenciados a nível da esfera do Governo Federal para que se busque, como o Thales falou, a questão da conciliação. Neste momento os ânimos estão super exaltados, tanto de um lado como de outro e é impossível se pensar em soluções sem antes abaixar o conflito e se ter mais clareza para se entender o processo. Como todo mundo vem acompanhando a partir de uns três anos pra cá, a dificuldade no andamento dos processos já estabelecidos, nos estudos preliminares já realizados, estão muitas coisas paradas. O pessoal de Rio Pequeno se organizou através de um Coletivo Guarani e começaram esta discussão e essa abdicação, decidiram não ortogar a área que foi posta no estudo. São quase 2.400 equitares e dentro desse perímetro que o estudo foi proposto houve uma interpretação até meio apressada que seria já de propriedade de posse dos indígenas. Precisamos simplesmente de organizar, através do termo de demarcação, só que ainda não estamos nesse estágio e alguns moradores foram tirados de suas propriedades. A FUNAI estava se organizando de forma a buscar proteção física, inicialmente, dos integrantes do grupo Guarani e, principalmente a tentativa de abaixar os ânimos e de se tentar conversar a liderança juntamente com a FUNAI. Existe sim, tentativas de atentados, principalmente à noite, essa noite mesmo o cacique de lá ligou falando, por volta das onze horas da noite, que tinha pessoas estranhas rondando as casas na aldeia e a tensão está estabelecida e isso é parte do processo demarcatório. Todas as aldeias que estão sendo demarcadas, infelizmente, passam por esse conflito. Normalmente se sentando, conversando e tendo ponderação se consegue um bom encaminhamento. A dificuldade, também neste momento, é que as políticas de governo municipal, estadual e federal não são sensíveis a demarcação de terra. Toni lotar faz uma sugestão prática, dizendo que esta mediação tem que acontecer, o fórum das Comunidades tem uma inteiração bastante antiga com todas as comunidades, e eu sugiro que o CEDIND se apresente como outra instituição mediadora, já que dentro do CEDIND estão representada todas as aldeias, as Organizações Indígenas Urbanas e várias entidades vinculadas à questão indígena e a questão da saúde, da terra e do Estado. Acho que a gente deve se oferecer, eu não sei como é que isso pode acontecer,

mas o CEDIND tem que se apresentar para mediar porque, como ficou muito claro para todos e vou até pedir para que vocês se pronunciem, tem muita gente que não tem nada haver com o assunto que só está atrapalhando. A situação é muito delicada, as ameaças podem se transformar em agressões efetivas. A intervenção tem que ser feita e tem que ser no sentido da conversação com todas as partes para a gente chegar num consenso e baixa tensão. Os ânimos estão muitos exarcebados, tem pessoas, sobre tudo do lado dos não indígenas, que estão colocando lenha, têm candidatos a vereadores que estão querendo se aproveitar da situação. Ponho que o CEDIND se ofereça a participar, dentro do CEDIND tem um organismo adequado que é a Comissão de Território, presidida e coordenada pelo Tukano, eu sou membro desta comissão, acho que a Rosângela também é membro, e que o CEDIND indique a Comissão de Território para se apresentar no esforço de ações junto a todas as partes. Dauá Puri diz ter outra reflexão que venho tendo desde início quando tivemos com esse evento, que dentro da explicação do Dr. Thales fez, pergunto, Nós como Conselho Indígena, qual seria o tipo de encaminhamento documental que o CEDIND poderia promover, no sentido de chamar a ordem das defesas dos Direitos Humanos, já que essa coisa da demanda territorial ainda é uma coisa que vai se estender durante muito tempo, dependendo muito de ter substância jurídica para discussão e encaminhamento. Mas, no primeiro momento, qual documentação que nós poderíamos promover do CEDIND, no sentido de estar chamando a voz da questão dos Direitos Humanos e está ligado a Secretaria de Direitos Humanos para primeiro dar uma proteção legal a essa população que está lá, é pessoas, são indígenas. Thales Treiger diz que, em primeiro lugar, vou falar sobre essa questão que o Toni colocou. O CEDIND participar da mediação, eu acho ideal e perfeito, só que isso depende muito de como o CEDIND vai ser visto pelos demais atores. Evidentemente o CEDIND vai defender uma visão indígena. O CEDIND não pode centralizar esse processo, em primeiro lugar, isso me parece muito óbvio, porque ao invés de avançar, nós vamos retroceder, as coisas vão piorar. Eu nem acho que o CEDIND tenha legalidade para fazer isso dessa maneira, mas o CEDIND pode ajudar muito articulando algumas questões, levar argumento, principalmente para os não indígenas, acho que isso vai ajudar muito, se a gente tiver a ponderação e fizer isso de uma forma calma, do que eventualmente está sendo feito pelo prefeito e por esses candidatos que o Toni colocou. Nesta questão o CEDIND pode ajudar bastante, por outro lado, pelo que estou vendo, todas as instâncias que possam efetivamente colaborar materialmente, essa questão como coro jurídico, o programa de proteção, defensores de Direitos Humanos, a Polícia Federal, O Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, todo mundo está presente ali tentando ajudar. Vou voltar à fala do Toni, é que a gente tem alguma centralidade e que se eleja de fato o melhor foro para esclarecimento e mediação dessa questão. Amanhã mesmo vamos ter uma reunião com o pessoal do Ministério Público Federal e a minha sugestão, como o Ministério Público tem certo peso nessa questão, na questão indígena e tem também a facilidade de promover a própria ação preliminar, são eles que vão promover a ação penal, não que sejam as mesmas figuras, só esclarecendo, não é o mesmo procurador que está atuando na questão da demarcação territorial, que vai eventualmente promover a ação penal em face do indígena ou não indígena, mas eles têm esse peso, sugiro que a gente crie um fórum de alguma maneira, talvez delimitando o espaço de uma secretaria executiva ao pessoal do fórum de Comunidades Tradicionais. Crie um grupo de trabalho, uma Comissão, o que seja, pode se dar o nome que for eu sou muito avesso a forma, porque a partir do momento que a gente discute muito a forma, não discutimos o conteúdo e nem a substância. A minha sugestão na reunião de amanhã é, tentar delimitar esses espaços, porque pouco adianta que, estou dando um exemplo, tire daqui uma Comissão e se apresente como mediador do problema, daqui a quinze dias outra Instituição Pública se apresente se apresente também como mediadora do problema, isso vai gerar cansaço por parte de todo mundo, não vai solucionar nada e vai geral, talvez, algo

muito pior que é o descrédito para qualquer outra Instituição que tenha efetivamente a capacitada de informar, mediar os conflitos para uma solução efetiva. As pessoas envolvidas já estão ali submetidas ao estresse terrível e acaba que não vamos resolver nada, ao contrário, vai todo mundo trabalhar demais, trabalhar errado, todo mundo vai se cansar e a gente não vai resolver coisa alguma, porque esse é um processo que não vai se resolver em uma reunião de duas horas. Então essa é a minha sugestão, se for aprovado aqui, vou comunicar a essa reunião que o CEDIND tem condição de ajudar, mas volto a dizer, a centralidade deste processo não pode estar nas mãos do CEDIND sob pena da gente acirrar os conflitos. Toni Lotar diz que concorda plenamente e que a proposta não foi centralizar, foi de ser um dos atores a participar de um grupo que vai tentar mediar essa questão. Ti peço Thales, se você puder convidar para esta reunião amanhã, a Comissão de Território do CEDIND, tanto eu como o Tukano podemos participar amanhã. Thales responde dizendo que é uma reunião a princípio, que tem Ministério Público, Defensorias e o Fórum. A gente está ainda em uma coisa muito embrionária, é uma reunião muito de trabalho. Eu posso chegar e falar que o CEDIND se mostrou a disposição, mas chegar logo o CEDIND pode gerar alguma espécie de resistência, acho que isso também não é produtivo, por mais que a questão toda seja urgente quanto mais vagar nós lidamos com essas temáticas todas, a gente vai estar evoluindo muito mais rápido. É um pouco paradoxal, mas eu tenho que levar essa questão para essas pessoas. Estou adiantando e trocando aqui com os amigos e as amigas, uma sugestão que me ocorreu ontem aqui, até para que se tenha uma legitimidade num fórum de discussão e solução. Dauá Puri diz que é bom o Dr. Thales estar esclarecendo muito bem e nós agora também, o próprio CEDIND, está numa fase de condução e é um pouco prematuro nós estarmos expondo o CEDIND. O CEDIND apoiar, funcionar como elemento de estar atuando e fornecendo dados, é muito importante, então nós precisamos ter nesse momento um cuidado muito grande no que o CEDIND pode entrar no que não pode e no que não deve, justamente em função da questão de estruturação do próprio Conselho, não o expondo ainda nesse momento. Toni Lotar pede desculpa a Dauá e diz eu não concordo com você, acho que o CEDIND é estruturado e a pauta, que estamos fazendo aqui hoje, que é a pauta seguinte, é complementar as posições que não estão sendo devidamente ocupadas. O CEDIND conta com a participação de todas as aldeias indígenas, inclusive a aldeia de Rio Pequeno, tem uma Comissão de Território constituída, tem júris prudência legal dentro do CEDIND, para atuar em casos como esse, temos uma relação muito boa com o Fórum de Comunidades Tradicionais. Proponho na sequência desta reunião que o Fórum seja convidado formalmente a integrar o CEDIND como uma das organizações convidadas, da mesma maneira que a FIOCRUZ e Comissão Yvyrupá. Acho que o CEDIND está maduro sim, tem algumas deficiências, mas ele está legalmente constituído, tem mais de um ano e meio de constituição. Quando as comissões atuam, que é o caso da Comissão de Saúde, resultados acontecem. As articulações estão sendo muito bem encaminhadas fora do CEDIND, está tudo dentro do que foi colocado pelo Dr. Thales. O CEDIND não tem a vontade e nem legalidade de ser centralizador de mediação, mas ele tem que ser um participante. Temos que avançar de uma maneira estruturada para que a gente possa contribuir para que as soluções devidas aos indígenas do Rio de Janeiro, seja da aldeia ou contexto urbano, elas sejam devidamente encaminhadas. O presidente Nino deve se pronunciar, porque ele é o presidente do contexto aldeado, como foi dado pela FUNAI e pela DPU, ele também tem que dar a sua visão do que está acontecendo e qual é a expectativa que ele tem de atuação do CEDIND nesse processo. Dauá Puri fala que a colocação que fez com relação ao amadurecimento é justamente nós sabermos como o CEDIND pode atuar, a colocação do Dr. Thales foi muito bem precisa nesse sentido, nós devemos caminhar como Conselho no sentido de estar trabalhando e pensando como o nosso Conselho pode funcionar, é isso que eu me refiro. A vontade é uma coisa, nós temos vontade, iniciativa de muitas vezes fazer, mas em determinados momentos, como esse agora, é um

momento muito melindroso como nós colocarmos a voz e a participação do CEDIND, porque nós que estamos no lado de cá, que temos também contato com outros indígenas, sofremos as críticas com relação a esse tipo de atuação. Nós como membros do Conselho, precisamos estar tentando mediar, então acertar, para justamente, esse Conselho que nós lutamos tantos anos para colocar ele em prática, numa visão precipitada não quebre essa nossa construção, porque além de nós estarmos tentando construir essa visão para a sociedade do Rio de Janeiro, nós precisamos também entender que a maioria dos Indígenas do Rio de Janeiro que estão fora e a gente que já vem do movimento há muitos anos, sabe que muitos ficam atrás só olhando e criticando. É preciso que a gente tenha tato, vamos conversar com o Dr.Thales, vamos ter a orientação jurídica para saber aonde e como podemos estar entrando, por favor. Rosângela Nunes diz: Eu concordo com o Dauá no sentido de que tem atribuições específicas a cada ator e até Dr.Thales você colocou no início da questão de se promover uma ação civil publica que talvez depois de articulado entre os entes federativos varias situações de encaminhamentos fosse sim o momento de estar chamando outros parceiros para que em uma audiência publique porque a gente tem a questão da secretaria dos direitos humanos, sim ela tem essa atribuição e se esse olhar para os povos indígenas, mas a gente não pode esquecer que ali no entorno tem os caiçaras, então como que uma secretaria vai em detrimento de um tipo de população e desassistir a outra,é um cuidado que é muito importante ter até para não se incorrer em situações que desmonte toda legitimidade de qualquer processo. A questão do querer fazer e do poder fazer tem limitações, infelizmente. Esse momento, Dr.Thales, me corrija se eu estiver errada, mas há necessidade dos entes realmente que tem o poder de acionamento da caneta mesmo, de encaminhamento para que se chegue. Teria que estar mais esclarecido e fortalecido estas tentativas para depois a gente abrir assim para maiores contribuições, todas são bem-vindas, mas elas têm que ser muito consciente de que o processo não pode em momento algum sofrer uma fragilidade por estar talvez inadequado. Nino Benite fala:Realmente está muito difícil a questão da aldeia de rio pequeno.Ontem o prefeito entrou com uma ação contra a demarcação da terra da Aldeia de Rio pequeno,inclusive ele fez reunião com a FUNAI de Brasília entregando documento.Quando fizeram mapeamento e a demarcação e ampliação da terra indígena da Aldeia de rio pequeno,o prefeito está alegando que ninguém entrou em contato com o município para estar apoiando a questão da demarcação de terra.Nesse momento a gente está numa questão muito difícil e estamos levando critica,principalmente do município.Ontem tive uma reunião com o Ronaldo.O Dr.Thales colocou a questão do Fórum de Comunidades Tradicionais se posicionar,eles vão se posicionar ,mas eu acho que o CEDIND tem que entrar junto,porque a situação está muito difícil.Comissão Guarani Yvyrupá está se organizando ainda para pedir apoio e conseguir recurso para estar levando a documentação do RIO pequeno para Brasília.A gente está conversando com o Fórum de Comunidades Tradicionais porque eles são muito Fortes.Conheço aqui no município que tem alguns moradores que iriam ser retirados pelo CEMIBILO.O fórum de Comunidades Tradicionais entraram em ação ,Estou vendo que se eles acompanharem vai dar certo.Também Os Direitos Indígenas,a FUNAI vai estar vindo sempre apoiar e também a Comissão Guarani Yvyrupá.O presidente do Fórum das Comunidades tradicionais está viajando e voltara no domingo,a gente vai se reunir com o fórum só que pra isso para o fórum entrar com uma ação com a Defensoria Pública , advogas e tudo....o cacique e vice-cacique Neusa,teriam que dialogar com o pessoal do fórum,não está acontecendo porque estão todos com a cabeça quente.O prefeito colocou essa fala ontem,disse que conversou com o presidente da FUNAI em Brasília e que está encaminhando um documento para o governo Bolsonaro não assumir a demarcação da terra de Rio pequeno.Ana Paula Moura fala: \_Pessoal eu peço o seguinte ,quando nós formos fazer qualquer tipo de discussão,existe casos e casos e exceções, mas quando nós olhamos para o momento que estamos passando, que é um dos piores, aonde as questões dos povos indígenas ,não se vitimando,é uma situação que tem que se trazer

sim ao olhar de toda a sociedade brasileira. Porque todos os espaços existentes que pertencem aos povos indígenas estão sendo tomados a força, tanto para especulação imobiliária quanto para a questão de agro-negócio, tanto para a questão de interesses políticos. E quando a gente vê hoje uma discussão pautada dentro de um conselho, que traz o nome de Conselho Indígena e nós vemos aqui uma colocação onde se diz que o conselho tem que estar amadurecendo para poder se colocar em defesa desta questão, isso é muito complicado e muito ruim, porque como foi colocado aqui, o conselho tem dois anos de existência e ele tem o respaldo e o amadurecimento suficiente para responder qualquer situação que esteja causando algum dano à questão de acesso e direitos dos povos indígenas do estado do rio de janeiro. Tem que se colocar sim porque a política esta onde estão as massas. Tem que chamar a sociedade civil para esta discussão, o conselho tem que se manifestar, ele não vai respaldar juridicamente. Ele está dentro de uma secretaria que defende a vida. Coloco-me como representante, Nino do Instituto dos Saberes dos Povos Originários da Aldeia Jacutinga. Vamos fazer uma nota sim, em defesa a essa situação. Eu vou estar falando com a Marize para que ela possa estar falando com o Yan, para que coloque também uma nota e protocolar e todas as Instituições que fazem parte deste conselho para também fazerem isso, os fóruns, os seguimentos sociais e as pessoas que se importam com a questão indígena. Também tem estar se colocando sim, para que essas ações que estão sendo feitas, essa pressão realizada em cima do processo de demarcação, ela seja resolvida de alguma forma, mas respeitando o direito de estar naquele espaço. Toni diz: \_A Paula fez uma fala que concordo, o Conselho está maduro e tem atribuições, ele não vai centralizar nada, mas vai se oferecer para atuar e não precisa ser convidado a participar. Essa posição é aritmética, se somar os votos dos Indígenas em Paraty, vão dar duzentos votos, se somar os caiçaras vai dar muito mais, se somar os não indígenas e os não caiçaras vão dar milhares. É evidente que com o ano eleitoral os candidatos estão pensando em quantidade de votos, então se pode contar com quem é candidato, para ajudar os indígenas. Então eu insisto que a Comissão de Território a qual represento junto com o Tukano seja indicada formalmente para integrar o grupo de mediação onde está o DPU, representando o Ministério público, fórum de comunidades tradicionais onde teremos representantes dos moradores, porque a mediação tem que ser feita por todas as partes que cabem estar presente. Então insisto que nos encaminhamentos formais, conste em Ata que a Comissão de território seja indicada para integrar o corpo de mediação. Sugiro que evolua para outros assuntos que é para reformulação do CEDIND. Thales fala: \_Toni, vou lhe cortar para fazer um encaminhamento que na reunião de amanhã farei a sugestão que o CEDIND participe, se alguém tiver alguma coisa contra coloque ai a sua posição, porque fica difícil votar todos os tópicos, se aprovar fique como estão e a gente toca e eu coloco na reunião, tendo resposta coloco no grupo e vejo o que vai acontecer. Graciela diz: \_Queria colocar a sugestão da Ana Paula que é fazer um manifesto escrito, mas além de ofertar a nossa possibilidade nesse espaço de negociação eu acho ótimo que cabe perfeitamente ao Conselho, ele está maduro pra isso, além disso, a gente tem que ter uma manifestação para ser divulgado em todos os fóruns possíveis mostrando nosso apoio como Conselho a Aldeia de Rio Pequeno. Thales toma a fala: \_ Se nós queremos que o Conselho seja visto como uma Instituição Estatal que não só vele pelos indígenas e que vele muito pelo bom censo e pela solução passiva dos conflitos temos que tomar cuidado com os passos que pouco adiante nós dermos isso vai gerar consequência para a visão de outras pessoas esse é um ponto que estou colocando, dona Graciela. Nos por menos nessas causas é mais. Se o CEDIND quer ser visto como uma instancia mais ponderada ,ser visto e respeitado pelos não indígenas também , e como uma instituição forte , a solução tem que ser muito bem pensada. Vamos aguardar um pouco, eu levo pro Ministério Público ,vou tentar construir dessa maneira. Meu pedido é que façamos menos movimentos de posicionamentos e mais movimentos de intuito de solucionar as demandas. Temos a questão de segurança, economia. Surgiu a necessidade de cestas básicas, essa que é a

minha angústia ,que um passo errado pode colocar tudo a perder.Rosângela Nunes diz:\_Essas tratativas sejam colocadas nas esferas governamentais mesmo,e a medida que isso avançasse e prazo curto de preferência que se promova uma ação civil pública ou fórum para que se coloque para sociedade civil de um modo geral para que não se retarde e não se prejudique o processo porque lá na frente tens se uma esperteza de como agir e de como avançar ou recuar.Acho que o CEDIND pode levantar essa situação junto com a aldeia de rio pequeno não esquecendo que qualquer interferência que haja vai repercutir na aldeia de Bracui, araponga ,pataxó e Paraty mirim ,porque não são fatos isolados e um fato pontual .principalmente com gestores municipais que são os que conseguem desenvolver e executar as políticas públicas . não adianta querer avançar com pressa porque não dá certo. Thales fala uma reclamação do povo de Rio pequeno e voltada para a segurança, seria legal a instalação de câmeras, mas sem energia elétrica não tem como, talvez um movimento em relação a isso poderia gerar uma sensação de segurança pro pessoal. Toni Lotar:\_Sugiro que se comece a trabalhar no que se falou não pode ser um documento de ataque e sim em prol a conciliação,não podemos queimar ponte com os não indígenas ,então podemos começar a redigir esse documento com diplomacia como foi dito pela Rosângela.é um momento delicado o contexto federal é hostil, a evolução municipal cria um ambiente um pouco lento e acho que esse assunto já foi bastante falado.Ana Paula:\_Toni,essa situação é muito grave não pode ser decidido assim ,tem que ser validado pelos integrantes e fazer uma eleição,não pode ser feito assim,vai fazer e pronto.Toni Lotar:\_Vamos fazer o que?Vamos fazer um documento que seria colocado para que todos aprovem. Ana Paula:\_Ele deve ser construído por todos os conselheiros ,porque nessa fala parece que está decidido e pronto.Toni Lotar:\_Precisamos que o Dr.Thales faça que o CEDIND possa contribuir formalmente com o consenso de conciliação nas negociações e que se abra conversa com a ENEL,porque Paraty - Mirim não pode ficar sem internet.Rio Pequeno sem internet é uma pauta que teremos para a próxima reunião,luz e internet são muito importantes.Ana Paula fala da sua preocupação com os encaminhamentos antes de encerrar está pauta é de extrema importância de que fique garantido e registrado em Ata todos os encaminhamentos aqui apresentados.Cristina Penna:\_Sugiro para ser mais rápido ,lembra que vocês fizeram dois encaminhamentos da Comissão Participar do Manifesto,todos que estão de acordo escrevam no chat , já estaria votado.Graciela:\_Estou acompanhando a equipe de saúde dentro das aldeias,ontem a equipe estava muito insegura de ir e se seria garantida a segurança dessa equipe ou não,eles estavam com medo.Eles entraram em contato com a gente com a DISEI . A SESAI se assentou de qualquer discussão a respeito, uma coisa lamentável. Está situação é tão delicada e nós precisamos saber como se colocar. Assim nós gostaríamos que fosse garantida a equipe de saúde na aldeia nesse momento que está subindo os casos de COVID. Hoje eles entraram com segurança porque a Neuza foi buscá-los fora da aldeia, mas a Neuza é uma pessoa que está sofrendo ameaças de morte, então eu acho que ela não é uma pessoa que garanta tanta segurança assim. É importante que conste em Ata, que seja discutida na reunião do Dr.Thales formas de segurança para equipe, é uma equipe da SESAI que tem enfermeiro, médico, agente comunitário e técnicos que podem fazer testes da COVID-19. Toni Lotar:\_Já temos os conforme no chat e Dr.Thales amanhã faz oferecimento do CEDIND se juntar ao esforço de mediação. Eu gostaria de falar sobre as indicações das Instituições convidadas .fórum de comunicues tradicionais,comissão Yvyrupá,FIOCRUZ,Prefeitura de Maricá,Paraty e Angra.Cristina Penna:\_Vocês já definiram quase tudo,os convites as instituições,a votação da comissão participar da questão de Rio Pequeno.Vou pedir para Adriana passar as Instituições faltosas.Adriana:\_ Os ausentes são:UERJ,UFF,UFRJ,DPGE,Secretaria de Agricultura e Secretaria de Ambiente.Rosângela Nunes:\_lembra que não podemos fazer indicações, que a Instituição é que tem que fazer essa indicação e nós teríamos que ler o regimento interno.Cristina Penna:\_O ofício vai ser feito pedindo a substituição daquelas pessoas

que foram nomeadas,nós vamos trabalhar em cima daqueles nomes.O presidente realmente não pode sugerir nomes,por exemplo,ele vai encaminhar o ofício a UERJ pedindo para substituir aqueles nomes e o professor e os nomes que estão sugerindo tem que fazer o contato e falar do seu interesse,até porque não é fácil indicar conselheiros.Adriana:\_Foi feito um levantamento nas listas de presença e que nas reuniões anteriores Elen e eu ,não estávamos presentes.Elen:\_As instituições que foram consideradas inativas , mas estão ativas,que se manifestem.Luiz Pellon:\_Essa pauta de substituições já foi tema de varias reuniões no ano de 2019 e algumas instituições já foram notificadas ,não sei o por que de se estar discutindo novamente.Carla Albuquerque:\_A gente precisa combinar como vai ficar essa questão das falas para próxima reunião.Cristina Penna:\_Concordo com a Carla , a questão da próxima reunião colocarmos no chat inscrições para as falas,Elen e Adriana vão orgazinar.O presidente Nino agradece a presença de todos.Não tendo mais nenhuma pauta a ser discutida encerra-se a reunião.